

## **DESAFIOS DA EDUCAÇÃO POPULAR FRENTE AOS PROCESSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL**

**ADAMS**, Telmo - UNISINOS.

**GT:** Educação Popular/ n.06

**Agência Financiadora:** CAPES

O presente texto busca aprofundar a compreensão da exclusão social associada a suas causas e múltiplas manifestações dentro de processos históricos de desigualdade social. Como se dão e se expressam os diferentes tipos e níveis de exclusão nas dimensões da vida onde ela acontece. Desde essa perspectiva o autor pretende trazer elementos para potenciais caminhos da educação popular, a partir de diferentes espaços estruturais que apontam para diversos princípios educativos. De forma exploratória, o artigo reflete as possibilidades presentes em diferentes setores excluídos, ou em fase de exclusão, com seus movimentos de resistência e enfrentamento às múltiplas manifestações e causas da exclusão social.

**Palavras-chave:** educação popular, exclusão social, ações coletivas.

### **Introdução**

Parto do pressuposto de que o conhecimento se constitui através da construção histórica que se processa na relação dialógica e dinâmica dialética entre a realidade e reflexão sobre a mesma, envolvendo a dimensão racional, emocional e corporal. Estamos, no atual momento histórico, buscando um reencontro fecundo com os reais e potenciais processos educativos mediados por práticas sociais, com setores socialmente excluídos. O contexto estrutural gerador de exclusões, agravado pelos processos de globalização hegemônica (SANTOS, B., 2002) que intensifica as relações sociais em escala mundial (GUIDDENS, 1991), possibilita a identificação de indicadores para ressignificar a Educação Popular (HOLLIDAY, 2004). Nas últimas décadas, os processos de exclusão, construídos historicamente pelos caminhos / descaminhos assumidos pelas forças hegemônicas nas sociedades capitalistas se ampliaram ainda mais na sua forma e intensidade, com a lógica da reestruturação neoliberal, especialmente nos países do sul. E tudo leva a crer, que isso se deu com a convivência, colaboração ou, apesar da Educação.

Qual o lugar da educação popular nesse contexto? Na primeira parte buscaremos algumas aproximações com uma compreensão da exclusão social para, num segundo momento, refletir sobre potenciais caminhos da educação popular.

### **1 Uma aproximação às diferentes compreensões de “exclusão social”.**

Uma origem do termo exclusão social pode ser relacionada com Durkheim que via a sociedade na perspectiva da integração social. A exclusão seria uma falha na relação entre indivíduo e sociedade. A responsabilidade seria do indivíduo desajustado. A superação da exclusão, nessa compreensão, significaria o esforço de inclusão dos indivíduos na sociedade que aí está. Os integrados ao mercado consumidor seriam a “referência para definir o destino das vítimas extremas dessa mesma sociedade que exclui” (MARTINS, 2002, p.43). Assumindo o modelo de sociedade como definitivo, bastaria gerar empregos suficientes, qualificar os/as trabalhadores/as excluídos/as ou em fase de exclusão do mercado de trabalho. Desde que se motivassem a trabalhar, e tivessem boa postura moral estariam conseqüentemente incluídos na sociedade.

Mas José de Souza Martins (2002) nos alerta que é preciso termos clareza a respeito da exclusão que denunciemos; compreender suas origens, seus modos de manifestação. Aproximamo-nos, assim, de uma segunda noção de exclusão social de base marxiana em que a exclusão é constituinte da lógica da produção e reprodução do capital. Nessa perspectiva a exclusão resulta de processos históricos mediados por relações de desigualdade e exploração econômicas. Cada vez mais o capital pode se desenvolver e, ao mesmo tempo, precisar menos do/ trabalhador/a, porque uma das características da lógica capitalista é substituir trabalho por máquina, por tecnologia e conhecimento científico. Essa reestruturação produtiva continua gerando, com aceleração cada vez maior, contingentes de brasileiros/as excluídos/as (em quase todas as dimensões da vida) em decorrência das heranças da “velha e da nova exclusão” (POCHMANN, 2003). Desse modo, podemos concluir que o enfrentamento da questão se complexifica cada vez mais. Se a exclusão é decorrente de desigualdades econômicas, é preciso ter em vista a superação das mesmas. Com base nessa compreensão, o caminho definitivo aponta mesmo para uma perspectiva de mudar o modo de produção que exclui. Sanada

a causa básica da exclusão, uma sociedade com relações sociais solidárias poderia garantir uma vida digna para todos/as.

Possivelmente o trabalho continua sendo o meio através do qual os humanos produzem sua vida, individual e coletiva, suas condições de existência, a história, o mundo propriamente humano (FRIGOTO, 1996; BONETTI, 2003). Mas a questão é: o que fazer hoje com as massas humanas sobrando ou em processo de exclusão, enquanto um socialismo radicalmente democrático não se estabelecer? Como enfrentar os diferentes níveis e tipos de situações e condições multidimensionais (STOER et al, 2004) compreendidas numa concepção ampla de exclusão social, que vai além da não participação das pessoas no mercado como produtores ou consumidores? Como restabelecer laços sociais rompidos pelas aceleradas e excludentes mutações de ordem tecnológica, social e cultural que geram discriminações, estigmatizações e a não participação nos benefícios dos bens da natureza e dos socialmente produzidos?

## 2 Espaços potenciais de educação popular

Com base na segunda compreensão da exclusão social acima exposta, tendemos a afirmar que a Educação Popular hoje (cf. BRANDÃO, 2003; HOLLIDAY, 2004) se coloca na perspectiva de formar agentes individuais e coletivos capazes de: **fazer rupturas** com a ordem social dominante; **imaginar, proporcionar e criar novos espaços e relações** nos diversos níveis; **questionar os padrões ideológicos** e valores vigentes como verdades absolutas; **desenvolver nossas potencialidades racionais, emocionais e espirituais** como homens e mulheres; **aprender, desaprender e re-aprender** permanentemente; **suscitar uma disposição vital solidária** com o entorno social e ambiental; **afirmar-nos como pessoas autônomas** preparadas para um permanente diálogo, busca e construção coletiva. Trata-se de integrar todas as dimensões da vida material e espiritual - social, política, cultural, ambiental, econômica, interagindo com as relações de gênero, raça, etnia e geração.

A educação popular pode potencializar mediações para uma pedagogia das emergências, estimulando uma ação social com mais humildade, mas sem jogar fora as utopias. Juntamente com uma ação local é fundamental contrapor, enquanto for tempo,

um projeto societário sócio-ambientalmente sustentável, com base em uma ética de vida solidária e com garantia de condições essenciais para todos os humanos. Concretamente, os processos de exclusão se manifestam em diversos espaços estruturais nos quais, ao mesmo tempo, se travam lutas para o enfrentamento das múltiplas dimensões da exclusão social. É nesses mesmos espaços que os processos educativos podem se constituir em mediações nas e para as lutas emancipatórias. De acordo com Boaventura Santos (2002), - o espaço doméstico, o espaço da produção, o espaço do mercado, o espaço da comunidade, o espaço da cidadania e o espaço mundial – são lugares em que ocorrem conflitos, lutas sociais que oportunizam processos educativos emancipadores. Na medida em que houver organização, luta pela superação das exclusões nesses espaços sociais (BOURDIEU, 1986), poderá haver processos educativos e emancipadores “se nestes domínios tópicos básicos (espaços estruturais de relações sociais) os *topoi*<sup>1</sup> que exprimem as relações sociais dominantes forem substituídos por outros que expressem a aspiração de relações sociais emancipatórias” (SANTOS, B., 2002, p.110).

Partindo das condições sociais da sociedade brasileira – de constituição capitalista tardia, concentradora e excludente – nós educadores nos empenhamos no desafio de potencializar reais possibilidades para a contribuição da educação popular no processo emancipatório. Na perspectiva acima indicada, todas as ações coletivas podem ser valorizadas como espaços educativos que nos desafiam a contribuir com adequados projetos pedagógicos. Os movimentos sociais populares que se organizam em torno da saúde, educação, moradia, geração solidária de renda, ou lutam por justiça, espaços de lazer, educação escolar de qualidade etc, são espaços fundamentais para um processo educativo. Além do aprendizado que acontece no processo, ampliam os espaços de participação política. Enquanto expressão de um conflito (MELUCCI, 2001) e sinal da dinâmica criadora de algo novo, essas ações coletivas contribuem na geração coletiva de meios para a produção da vida com nova cultura política como parte da gradativa emancipação social.

---

<sup>1</sup> “Os *topoi* são lugares comuns, pontos de vista amplamente aceitos, de conteúdo muito aberto, inacabado ou flexível, e facilmente adaptável a diferentes contextos de argumentação” (B. SANTOS, 2002, p.99).

## Conclusão

A ação educativa é histórica, política e cultural. Parte dos contextos locais/global e tem em vista horizontes utópicos que ajudam a dar o significado e a direção. A valorização de diversas mediações pedagógicas favorece o desenvolvimento de processos educativos emancipatórios. A luta contra a exclusão social é uma luta a favor de uma outra sociedade sustentável e solidária. Ações localizadas de integração de pessoas ou grupos excluídos têm sentido enquanto forem, ao mesmo tempo em que trazem resultados imediatos, instrumentos ou meios de organização popular na perspectiva emancipadora. O processo educativo de superação poderá se dar nas diversas práticas sócio-educativas, na medida que geram interações e criação de saberes a partir de diversos princípios educativos.

## REFERÊNCIAS

BONETI, Lindomar Wessler (Coord.). **Educação, exclusão e cidadania**. 3.ed. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2003. Coleção Educação.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Papirus Editora. Campinas: 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador*. São Paulo: Cortez, 2003 (Série saber com o outro, v. 1).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação*. Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 1996.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

HOLLIDAY, Oscar Jara. *Resignifiquemos las propuestas y prácticas de educación popular frente a los desafíos históricos contemporáneos*. México: [www.ceaal.org](http://www.ceaal.org) - Revista La Pirágua, setembro de 2004, p. 110-114.

MARTINS, José de Souza. *A Sociedade vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

POCHMANN, Márcio (Editor). **Atlas da Exclusão Social no Brasil. Os ricos no Brasil**, vol. 3, Cortez, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Os processos de globalização*. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002a, p. 25 a 94.

\_\_\_\_\_. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Vol. 1 - Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 4ed. São Paulo: Cortez. 2002b.

STOER, Stephen R., MAGALHÃES, António M., RODRIGUES, David. *Os lugares da exclusão social: um dispositivo de diferenciação pedagógica*. São Paulo, Cortez, 2004.